



Universidades Lusíada

Tenreiro, Fernando

A eficiência económica do modelo de desporto europeu : a economia das federações

<http://hdl.handle.net/11067/923>

Metadados

Data de Publicação	2012
Resumo	O paper apresenta a concorrência monopolista das federações desportivas como o instrumento de racionalidade económica do Modelo Europeu do Desporto e sugere que a regulamentação privada contribui para a maximização do bem-estar social. O texto não trata da regulação pública....
Palavras Chave	Desporto - Aspectos económicos - Europa
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 15 (2012)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T06:15:31Z com informação proveniente do Repositório

**A EFICIÊNCIA ECONÓMICA DO MODELO
DE DESPORTO EUROPEU:
- A ECONOMIA DAS FEDERAÇÕES**

Fernando Tenreiro
Universidade Lusíada de Lisboa

Resumo: O *paper* apresenta a concorrência monopolista das federações desportivas como o instrumento de racionalidade económica do Modelo Europeu do Desporto e sugere que a regulação privada contribui para a maximização do bem-estar social. O texto não trata da regulação pública.

Abstract: The paper presents the monopolistic competition between sport federations as the instrument of economic rationalization of the European Model of Sport and suggests that private regulation of federations contributes to the maximization of welfare. The text doesn't work out the public regulation.

1. A economia do desporto

A economia das federações é uma necessidade surgida com os limites da sua aplicação ao desporto referida na literatura económica. Este ponto observa o desenvolvimento das características do mercado das federações desportivas.

Para compreender o mercado do desporto, a União Europeia definiu nos anos noventa o Modelo Europeu do Desporto como uma pirâmide de produção de desporto composta por organizações associativas com movimentos desportivos verticais de subidas e descidas entre níveis de qualificação e de mecanismos financeiros de solidariedade para com as organizações dos níveis inferiores como características fundamentais face ao modelo americano cuja análise da estrutura das competições fechadas se relaciona com a maximização do lucro no seio de ligas de organizações com finalidade lucrativa.

A partir de meados dos anos noventa do século XX os clubes de topo do transformam-se em organizações e parceiros com finalidade lucrativa como referem Andreff e Staudohar (2002) e no futebol e noutras modalidades começam a aparecer litígios que questionam a estrutura do Modelo Europeu do Desporto. Esta realidade cada vez mais complexa e contraditória aprofundou-se com parceiros com finalidade lucrativa a procurarem apropriar-se das externalidades de rede das federações europeias a custo zero.

A Associação Internacional de Economistas do Desporto forma-se em 2000 e iniciam-se conferências anuais sobre economia do desporto gerando colectâneas de textos ver Barros, Muradali e Szymanski (2002) e criam-se análises especializadas como as realizadas ao futebol dos países europeus apresentadas em Rimini em 2004 e realizadas para o Relatório Independente da UEFA e da União Europeia (2006). O desporto europeu abre-se a novas perspectivas de análise económica sugerindo a convergência com o modelo americano Szymanski e Kuipers (1999).

Uma linha alternativa ao modelo americano começa a surgir com a análise de Gratton e Taylor (2000). A estrutura em pirâmide do Modelo Europeu do Desporto foi analisada relacionando-a com a recreação e o alto rendimento. Estes autores distinguem os sectores a montante e a jusante da produção desportiva, definição essa que foi aplicada sectorialmente na definição de desporto de Vilnius e depois aplicada à criação da Conta Satélite do Desporto

(2006). Posteriormente Kesenne (2007) identifica sucintamente a procura de desporto em recreação e alto rendimento, Downward e Rasciute (2010) identificam níveis de produção desportiva da comunidade, da sustentação do bem-estar da população e com a elite, no mesmo sentido Downward e Riordan (2007) quantificam três níveis de intensidade da prática desportiva no Reino Unido e Downward, Dawson e Dejonghe (2009) acrescentam a terceira procura de actividade informal, como participação desportiva de massas da população na pirâmide do Modelo Europeu do Desporto assim como identifica a oferta das federações e a oferta pública. Do projecto de investigação da União Europeia sobre o financiamento das grassroots gera informação estatística da base da pirâmide e dos praticantes inscritos nas federações. Esta linha de investigação que identifica a pirâmide com a existência de funções de produção complementares encontra em várias análises económicas elementos que identificam peculiaridades adicionais do Modelo Europeu de Desporto.

A relevância da estruturação vertical e horizontal das funções de produção descritas observa-se nas falhas de mercado da produção recreativa e da produção de alto rendimento. Borland (2006) e Késenne (2007) para definirem a actividade das equipas desportivas profissionais consideram que as equipas profissionais não têm custos de transacção com as ligas inferiores no mercado de desporto europeu ou no americano. Por exemplo Borland (2006) sugere que a liga secundária aparece como um fornecedor força de trabalho livre de custos para as equipas profissionais. Entretanto as ligas secundárias produzem também os espectadores e os consumidores e todos os co-produtos e externalidades que beneficiam as ligas profissionais. Vrooman (2007) identifica em ligas secundárias americanas como escolas de formação para a produção sem custos de talento desportivo para as ligas profissionais. É uma estrutura similar aos campeonatos amadores que no mercado europeu de desporto se encontra dentro da estrutura produtiva de cada federação. Vrooman (2007) constata a existência de um input proveniente da produção amadora como uma externalidade livre de custos. A solução coaseana implica que as externalidades produzidas no mercado de desporto americano sejam transaccionadas no mercado. O talento produzido pelos colégios e ligas secundárias é um input sem custos que os clubes e ligas profissionais transaccionam no mercado, nomeadamente através dos acordos entre as ligas principais e secundárias. Na Europa a transformação financeira dos grandes clubes e a liberdade de circulação dos jogadores jovens permitindo aos clubes profissionais adquirir capital desportivo em África e na América Latina retirou receitas das ligas secundárias e gerou impactos económicos e sociais negativos.

Segundo Szymanski (2010) a regulação pública visa a produção de capital humano, social e cultural ao nível da procura social. Já em Macdonald (2010) nos Estados Unidos a produção de externalidades é incentivada por mecanismos coaseanos relacionados com o comportamento dos agentes privados que actuam com finalidade lucrativa.

A proposta por Tenreiro (2011) sobre a economia das federações sugere que a oferta de produção desportiva se inspira nas recomendações de economistas como Neale (1964) que afirma a necessidade de compreender o desporto como bem económico para melhor definir a produção desportiva.

À luz destes contributos a economia das federações toma forma do lado da oferta da produção de desporto e assegura um paradigma de racionalidade económica ao Modelo Europeu de Desporto capaz de questionar os desafios que recentemente a União Europeia vem encontrando sobre o desporto como os já referidos e relacionados com a venda em regime de monopólio dos direitos televisivos do futebol profissional, o fecho da Premier League e a aplicação de regulação das federações a todos os parceiros integrados na sua estrutura monopolista de produção desportiva relacionado com o caso Sion/UEFA.

A tipificação da pirâmide de produção de desporto em funções de produção possuindo externalidades de rede cruzadas para dentro e para fora do mercado do desporto é uma base para o benchmarking nacional e continental que a ciência do desporto não produziu e que poderá desenvolver futuramente. Esta perspectiva de benchmarking e da avaliação da convergência para níveis de bem-estar social europeu não é analisada neste paper.

2. O produto e a produção desportiva

O bem desportivo é conceptualmente um produto económico peculiar, como sugere Neale (1964), relacionando a peculiaridade com características invertidas da produção de uma final de boxe em relação à produção comum de outros bens. Walter Neale aponta o produto desportivo enquanto resultado da actuação de dois produtores, uma situação inversa da produção da generalidade dos bens económicos gerados por um único produtor.

Neste capítulo justifica-se analisar as características do bem desportivo e seguidamente as da sua produção para compreender os fundamentos económicos do mercado do desporto a fim de permitir a sua caracterização como mercado de concorrência perfeita ou com outras características como as monopolistas.

2.1 O desporto como bem económico

A partir do conceito de desporto identificam-se as características económicas do bem desportivo relacionadas com a actividade física, a competição e a tecnologia este último como factor diferenciador do bem desportivo na cadeia de produção e de diferenciação do bem desportivo.

A tese usa a definição de desporto do Conselho da Europa apresentada na Carta Europeia do Desporto. Economicamente a Carta Europeia do Desporto define que o bem desportivo inclui dois produtos principais, a actividade física

e as competições, gera igualmente co-produtos relacionados com a criação de bem-estar individual por via da educação, da saúde e de relações sociais, e pode originar externalidades positivas, como o bem-estar individual do atleta, ou externalidades negativas, como por exemplo a corrupção de dirigentes, a violência de adeptos e a dopagem dos atletas.

A essência do produto desportivo é a actividade física e é o saber consumir desporto dos praticantes que permite aos seus consumidores apreciar a competição de uma determinada actividade e maximizar o bem desportivo consumido. O saber consumir uma determinada actividade desportiva é decisivo para o consumo e corresponde à formação e ao treino das actividades desportivas no respeito das 'regras do jogo'.

Para Fort (2003) e Kesenne (2007) 'desporto é basicamente competição'. Esta afirmação carece de aprofundamento. Primeiro, a competição é inerente a todo o desporto se se considerar que mesmo correndo sozinho o corredor corre contra o relógio ou contra si próprio, de acordo com a sua disponibilidade física para fazer melhor ou para sustentar o nível alcançado anteriormente. Segundo, a afirmação não explica, por exemplo, a relevância da competição desportiva face a competições não desportivas, como as competições de proezas físicas que se observam em programas televisivos de variedades e no Livro de Recordes Guinness. Terceiro, identificar desporto com competição não explica o que atrai o interesse dos consumidores como os praticantes e espectadores de actividades desportivas.

Uma definição mais precisa de competição necessita de regras para medir a actividade física como existe nos mercados competitivos. As competições medem a qualidade de uma actividade física bem definida segundo as regras do jogo.

Segundo Neale (1964) a competição é tanto mais apelativa para os consumidores quanto mais próximo está o nível qualitativo dos atletas e a incerteza do resultado. As competições são clusters de praticantes com igual capacidade física, saber-fazer técnico e, em consequência, com uma determinada qualidade desportiva. Através das competições os atletas são ordenados segundo a qualidade de cada cluster. Apurando os melhores que sobem e os piores que descem as competições estabelecem um novo cluster de valores desportivos equivalentes prontos para a época desportiva seguinte.

É possível conceber a actividade desportiva como níveis sobrepostos de tecnologia de produção de uma determinada actividade. Cada nível da estrutura das competições faz-se com uma qualidade distinta ordenada através de actividades cada vez mais exigentes de capacidade física e técnica até se apurar o elemento raro que é o campeão.

Na figura 1, o nível mais baixo é aquele que possui uma menor incorporação de tecnologia e de produtividade gerando o retorno por praticante mais baixo. Na base da pirâmide encontra-se a abundância de oferta e procura de tecnologias simples de prática desportiva a qual faculta o conhecimento e aceitação simples das regras de produção desportivas na função de produção de alto rendimento

e que sustenta com o consumo pela maior parte da população, a qual pratica actividades de recreação e beneficia de um estilo de vida activo através do desporto consumindo esse produto em quantidades capazes de responder ao custo da raridade gerada pelo segmento de mercado do alto rendimento.

Figura 1: Progresso tecnológico e produtividade de vários níveis da pirâmide de uma actividade desportiva

Fonte: Krugman, P., Wells, R., 2006, *Introdução à Economia*, Editora Campus. Adaptação ao desporto do autor.

As competições da pirâmide de uma actividade desportiva estão organizadas da base para o topo, da tecnologia mais simples para a mais complexa. A produtividade obtida por cada nível tecnológico é crescente. Considera-se, por exemplo, que o montante investido em cada trabalhador é o mesmo, 15.000 euros. A tecnologia de cada atleta ou jogador diferencia a produtividade do capital humano de cada nível dessa actividade. Na competição da Liga 3 o investimento em capital humano gera um produto per capita sobre a curva mais baixa equivalente à curva de 10.000 euros. Na Liga 2 a tecnologia permite obter uma produtividade mais elevada de 15.000 euros e na Liga 1 a federação alcança o produto mais elevado por trabalhador de 25.000 euros. Cada Liga tem uma competição que permite à federação produzir um determinado sub-produto desportivo com níveis equivalentes de capital físico, capital humano e trabalho. Para cada nível de capital investido por trabalhador a tecnologia das ligas superiores gera um maior produto por praticante. A tecnologia representada pela capacidade de praticar a actividade desportiva em cada nível da pirâmide é fundamental para que a federação obtenha níveis superiores de output desportivo e económico nos níveis superiores.

A estrutura de competições é o instrumento que desenvolve o nível tecnológico de uma determinada federação.

2.2 A co-produção e externalidades desportivas

Os co-produtos e as externalidades na produção da actividade desportiva são relevantes e justificam a análise sob pena de gerarem ineficiência económica. Graton e Taylor (2000) caracterizam o desporto como bem público e identificam as externalidades desportivas como falhas de mercado e Bourg e Gougnet (2011) sugerem a existência de externalidades de rede.

O bem desportivo enquanto produto ou como co-produto de desporto e de bem-estar pessoal e social, pode ser transaccionado por mercados de concorrência perfeita ou quase concorrência perfeita sejam clubes ou ginásios satisfazendo grande parte da população e assegurando margens de benefício competitivas socialmente para os sectores da população com rendimentos

superiores e predispostos a adquirir bens desportivos segundo a oferta privada tanto associativa como do mercado lucrativo. As externalidades nestes níveis de consumo são suportadas ou pelo consumidor ou pelo produtor gerando um óptimo social para segmentos superiores de riqueza e literacia.

Nos níveis inferiores de riqueza e literacia o consumo óptimo de desporto, ver Gratton e Taylor (2000), é afectado pelas falhas de mercado relacionadas com os bens de mérito e bens públicos enquanto casos particulares das externalidades do lado do consumo e da oferta de bens desportivos. Nestes últimos níveis as características dos bens de mérito e públicos são mais evidentes sugerindo políticas redistributivas visando a obtenção do óptimo social.

À semelhança do que refere Baumgartner e Jost (2000) para o ambiente, no desporto a relação de co-produção das externalidades nem sempre é clara economicamente. O modelo criado para o ambiente demonstrou que a solução para uma externalidade negativa pode gerar uma externalidade negativa alternativa face à insuficiência de análise. Em concreto sugerem os autores que a inexistência de informação impede a tomada de decisões alternativas eficientes e concluem que a complexidade e o grau de integração de um sistema produtivo são cruciais para a escolha de uma política ambiental custo-eficiente.

Os governos apoiam a educação física para o melhor crescimento físico e para ensinar estilos de vida activos aos jovens. Os subsídios dos governos internalizam o valor de mercado dos co-produtos incentivando as organizações desportivas a produzir co-produtos dos bens desportivos contribuindo para a maximização do óptimo social. Os produtores desportivos dos níveis inferiores da pirâmide desportiva são fundamentais para a geração de factores de produção como produtos, co-produtos e externalidades dos níveis superiores de produção desportiva.

Olhando para diferentes resultados desportivos como uma população activa através de níveis elevados de prática desportiva e um futebol profissional de sucesso ambos são co-produtos da mesma cadeia de produtos desportivos. No mercado do desporto há uma interacção dos procedimentos entre as características técnicas da produção desportiva e os relacionamentos económicos e sociais que os promovem e que deles beneficiam. Os co-produtos da cadeia de valor com características económicas e sociais próprias têm processos dinâmicos para modificar situações desportivas nacionais. Ao longo dos anos a sustentabilidade de relações económicas e sociais torna-se difícil de suportar.

A regulação eficiente do mercado desportivo multilateral produz mais bens e ao mesmo tempo maximiza a produção e transforma as externalidades criadas na produção de co-produtos desportivos a preços de mercado.

Um caso particular das externalidades são as externalidades de rede. As externalidades de rede surgem dos benefícios recebidos pelos consumidores devidos pela padronização da actividade desportiva, ver Bourg e Gouguet (2011). As externalidades de rede de produção desportiva são fundamentais em toda a produção piramidal de actividades desportivas. Segundo Krugman

e Wells (2006) o valor do serviço consumido depende do número de outros consumidores que o consomem. Na produção desportiva existem efeitos de rede ao nível da mesma qualidade de prática e existem efeitos de rede cruzados entre os diferentes níveis de produção e consumo. Na base da produção desportiva quantas mais pessoas praticam uma modalidade maior é o benefício retirado do consumo da actividade. No topo quanto melhor a qualidade do clube no campeonato maior o benefício dos restantes clubes. Num sistema desportivo uma federação tem maiores benefícios se existirem outras federações com comportamentos competitivos sobre a produção desportiva total. Quanto às externalidades cruzadas entre segmentos da produção federada, por um lado, observa-se que a produção alargada de actividades de base gera benefícios em toda a estrutura de produção e principalmente no topo. Por outro, quanto maior o sucesso e sofisticação obtidos nas competições do topo maiores são os benefícios na base atraindo novos praticantes. À medida que as externalidades positivas aumentam e acumulam gera-se um efeito de massa crítica com impactos mais do que proporcionais sobre a totalidade da estrutura de mercado

Vários níveis de produção criam externalidades de rede internas e externas à estrutura federada sendo as duas externalidades internas e externas decisivas para o sucesso dos outros níveis. Em particular quanto maior o consumo informal e o recreativo de uma modalidade maiores são as possibilidades do nível do alto rendimento obter patrocínios dos empresários que vendem os produtos consumidos pelos praticantes da base. Também são os praticantes da base os que consomem mais as actividades de alto rendimento e compram os produtos de merchandizing dos ícones da modalidade. No desenvolvimento das federações há efeitos automáticos que dão pelo nome de 'trickledown effect'. O 'trickledown effect' é um efeito de rede insuficientemente concebido que sugeria haver um fluxo de externalidades do alto rendimento para a prática informal e recreativa. O 'trickledown effect' é uma sobrevalorização do efeito de rede na ausência de massa crítica do consumo de desporto. Como sugerem Collins (2010) o fluxo de externalidades determinante para o desenvolvimento sustentado de uma modalidade são as externalidades geradas pela massa crítica de base a qual tem a capacidade de compreender o objecto e a técnica inerente à actividade desportiva e da sua produção e a predisposição destes praticantes em consumir os serviços disponibilizados pelos níveis de topo da prática da modalidade.

Como se observou no ponto da economia das federações no modelo americano as externalidades são interiorizadas pela liga profissional e pelas universidades através do mercado com finalidade lucrativa, havendo uma apropriação externa e não havendo uma internalização cruzada de benefícios entre níveis de produção. No modelo europeu de desporto as externalidades são interiorizadas pela regulação federada, como incentiva a União Europeia e num segundo momento pela regulação pública.

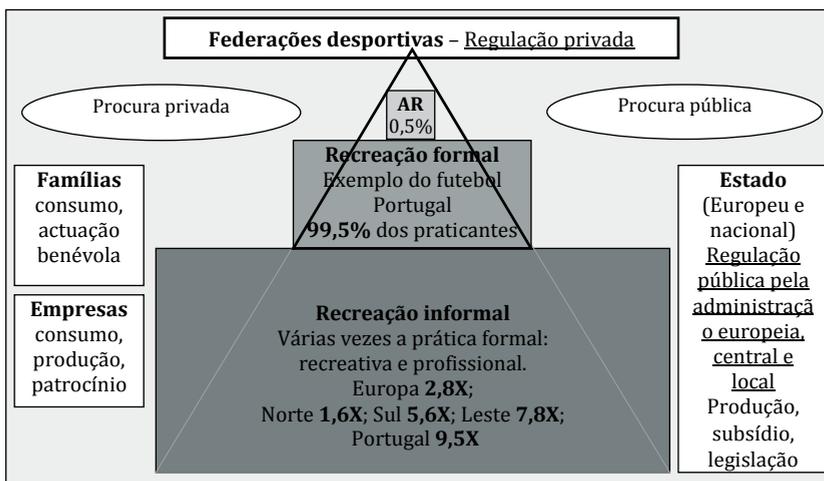
2.3 As três funções de produção

A descrição das características do bem desportivo sugere que o desporto tem um processo de produção com funções de produção distintas e integradas.

As sucessivas análises de Gratton e Taylor (2000), Kesenne (2007), Downward, Dawson e Dejongue (2009) e Downward e Rasciute (2010) contribuíram para a identificação de três funções de produção desportiva.

Gratton e Taylor (2000) identificaram a participação desportiva de massa e a prática de elite conceitos que Kesenne (2007) distingue alternativamente como recreação e desporto profissional dando um passo na definição de funções de produção do desporto distintas entre a indústria recreativa e a profissional. Para Kesenne (2007) na indústria profissional “o consumidor é o espectador”, “o produtor é o clube” e “o factor principal da produção é o jogador”. Nas indústrias recreativas “o consumidor é o jogador”, “jogar é consumo” e “o output da produção é o serviço oferecido pelo clube desportivo aos participantes”. A definição distingue duas funções de produção que de acordo com o modelo do paper são funções de produção interligadas e interdependentes.

Figura 2 – Economia das federações



Fonte: Tenreiro, F., 2011, A Economia do Desporto: A Competitividade de Portugal na União Europeia, Universidade do Porto, Faculdade de Desporto.

No modelo económico da figura 2 consideram-se 3 níveis fundamentais de produção desportiva. O nível informal corresponde à base da pirâmide em que as actividades desportivas são praticadas sem o rigor dos dois níveis superiores e onde a frequência de prática pode ser irregular. A informalidade é mais comum

no exterior da estrutura de produção federada. O segundo nível considera a produção de actividades desportivas no seio da estrutura de produção federada correspondendo à plenitude das regras de produção e de prática da actividade de acordo com os princípios e as regras da estrutura federada. A estrutura de produção formal tem dois níveis fundamentais de produção desportiva: o primeiro é a recreação e a prática amadora, ocupando o nível intermédio da pirâmide, e o segundo nível formal é o alto rendimento, ocupando o topo da pirâmide federada.

Por simplicidade de expressão chama-se de informal (participação de massa). Porém, na figura este nível tem o total dos praticantes da pirâmide como exemplificação da estrutura piramidal. Nos países do centro e norte da Europa a produção total de desporto alcança uma média de 65% da população, enquanto em Portugal a produção total apenas serve 45% da população, valores que são obtidos através de análises à procura desportiva geral da população Eurobarómetro (2009).

Apresentam-se seguidamente as três funções de produção consideradas anteriormente.

2.3.1 Função de produção de desporto de massas

Observa-se na figura XX que o nível informal corresponde à base da pirâmide de produção desportiva. O informal é o nível básico da actividade desportiva onde se encontram quer aqueles que ainda não fazem parte dos quadros competitivos regulares quer os que por lá já passaram e actualmente deixaram de competir e praticam a actividade sem preocupações de progressão e de maior intensidade. O nível informal é o responsável pelo consumo alargado de bens e serviços que se encontram a montante da produção desportiva, como os equipamentos desportivos, alimentação, transporte, dormidas, e também pelo consumo dos bens situados a jusante como a comunicação social, marketing e patrocínios. Este nível é fundamental no consumo e na produção desportiva porque é através dele que a modalidade desportiva gera os benefícios apropriados pelas empresas patrocinadoras que financiam a actividade de alto rendimento e os segmentos carenciados como os jovens. A prática informal é produzida por agentes públicos e privados e destes alguns possuem finalidade lucrativa são empresas e outros clubes actuando sem objectivos lucrativos. Quanto aos privados a produção mais comum é a auto-produção pelo indivíduo que produz a sua própria actividade quando por exemplo corre sozinho. Outras organizações produtoras de desporto são as escolas, as autarquias, os clubes e as empresas. Os consumidores que pretendem praticar uma determinada actividade podem fazê-lo sem uma obrigação de regularidade ou sujeição total às regras definidas pela estrutura de produção federada em qualquer um dos produtores indicados.

2.3.2 Função de produção de desporto formal

O nível recreativo inclui as actividades que em geral são executadas com regularidade e de aumento das capacidades técnicas dos praticantes. Nas sociedades mais desenvolvidas correspondem a níveis de bem-estar pessoal onde a literacia de prática desportiva é elevado preferindo os seus consumidores a prática desportiva regular para elevar das competências desportivas e o seu consumo qualificado em clubes e empresas que competem num quadro federado. Quanto maior for a prática amadora e a sua qualidade maior será a pressão competitiva nos campeonatos e haverá uma maior produção de atletas e de equipas com qualidade para acederem ao nível superior das selecções nacionais e do desporto profissional. Este nível tem, nas sociedades mais desenvolvidas, uma maior dimensão do que o informal justificando a maior competitividade conseguida através da formação intensa de atletas e equipas com talento surgidos pela produção amadora. A produção recreativa inclui todos os praticantes inscritos nas estruturas das federações nacionais as quais se supõe terem uma participação desportiva regular. Enquanto nos países do centro e do norte da Europa a recreação alcança até um terço da dimensão da prática total, em Portugal a prática recreativa apenas alcança um décimo da prática total, ver o Relatório Amnyos (2008). Este resultado sugere que um dos fracassos mais significativos da prática desportiva portuguesa é a capacidade da estrutura federada captar a predisposição da população para a prática desportiva levando-a a níveis superiores de regularidade e de envolvimento nas organizações produtoras de desporto clubes e empresas.

2.3.3 Função de produção de alto rendimento

O alto rendimento situado no topo da pirâmide inclui genericamente os atletas que competem em campeonatos continentais e mundiais e nos Jogos Olímpicos, assim como, os atletas que competem nas actividades profissionais. A produção de alto rendimento é o produto mais sofisticado e de maior intensidade de capital desportivo de uma modalidade exigindo os melhores factores de desenvolvimento muitas vezes de origem internacional. Portugal investiu e criou nos últimos anos um capital de nível absoluto no futebol situando-se no ranking da FIFA (2007) entre as dez melhores selecções do mundo, para além da classificação elevada que o Futebol Clube do Porto entre os melhores clubes do futebol profissional europeu e de ter conseguido na época de 2010/2011 classificar três clubes Porto, Braga e Benfica para as meias-finais da Taça Europa como apenas alguns dos grandes países conseguiram. Estes resultados de Portugal no futebol são escassos porque outros países apresentam escolas de desporto e resultados absolutos em várias modalidades desportivas. A percentagem de atletas de alto rendimento em Portugal será inferior a 1% do número de praticantes inscritos nas estruturas federadas, enquanto nos países europeus a percentagem sobe aos 3%.

3. O mercado do desporto

Tendo-se caracterizado a pirâmide de produção de desporto constituída por três funções de produção sugere-se a hipótese da estrutura de monopólio ser relevante na economia das federações desportivas.

As características monopolísticas das federações desportivas encontram-se nos elementos que se apresentam seguidamente. As federações desportivas enquanto monopólios actuam como um único vendedor e uma estrutura única de produção e venda de actividades desportivas não tendo substitutos próximos para o produto que produzem. A federação determina o preço controlando o produto e a quantidade e qualidade de produto por exemplo de cada competição de toda a sua estrutura de produção em pirâmide. A entrada de outras federações que compitam no mesmo produto não é possível e para produtos próximos tem um custo elevado. Para acentuar o seu poder de mercado monopolista a federação consegue discriminar os preços, os produtos, a tecnologia e os produtores.

Face a estas características as federações possuem direitos de propriedade sobre a produção da respectiva actividade desportiva, gera economias de escala, assume a propriedade dos recursos humanos enquanto factores de produção para níveis superiores de prática desportiva.

Estas características a produção do monopólio é regulada pelas federações e o preço é definido pelo monopólio o qual excede o rendimento marginal. Desta forma a federação como monopolista é um fazedor de preço controlando o output e o preço que estão condicionados pela procura da sua actividade desportiva.

As características apresentadas são explicadas em maior detalhe seguidamente.

3.1 O custo fixo elevado e o custo marginal igual a zero

O mercado dos bens desportivos tem um custo fixo elevado e um custo marginal igual a zero. Quer isto dizer que o custo para o desenvolvimento e lançamento de uma determinada actividade desportiva promovendo a formação, o treino e a competição necessita de um investimento fixo elevado e que a partir de um determinado nível o custo de ter mais um praticante é nulo. No início da actividade com poucos praticantes uma modalidade desportiva não se desenvolve e à medida que acumula praticantes e campeonatos o custo marginal decresce e tende para zero. O investimento inicial elevado é um desincentivo para os agentes competitivos que arrisquem actuar no sector. Face aos custos iniciais elevados o Estado investe em capital físico, subsidia o investimento de equipamentos por agentes privados ou cede o uso de equipamentos a preços reduzidos para permitir o acesso em condições preferenciais para o fomento da modalidade. Outro tipo de investimento do Estado relaciona-se com a organização das estruturas organizacionais em rede e também no capital humano especializado, treinadores e todo o capital humano e organizacional,

necessário para o apuramento e disponibilização de meios humanos fulcrais para a sobrevivência e desenvolvimento da modalidade. Na Europa a acumulação de capital físico, desportivo, humano, social e cultural com a intervenção do Estado realizou-se durante todo o período pós II Grande Guerra até aos anos 90 em que a criação de uma estrutura tecnológica permitiu canalizar para os produtores desportivos com finalidade lucrativa as rendas que antes eram internalizadas.

3.2 Massa crítica desportiva

A criação de massa crítica mínima é o mecanismo de crescimento da estrutura de produção do desporto que permite à federação a partir de determinada a sua produção ser economicamente viável. Esta transformação dá-se por uma alteração que pode ser súbita do consumo de outros bens em benefício do bem que cria a massa crítica. O caso paradigmático da formação da massa crítica é o continente europeu. Desde os anos cinquenta e até aos anos oitenta do século passado os países da União Europeia investiram no consumo de desporto pelas respectivas populações em todas as suas formas informal, recreação e alto rendimento. O efeito de massa crítica surgiu nos anos noventa com o aumento do rendimento disponível das populações europeias, com as novas invenções tecnológicas e com a literacia desportiva acumulada a população europeia tornou-se fortemente consumidora de desporto ao ponto dos agentes privados com finalidade lucrativa que não tinham mercado passassem a actuar num mercado altamente concorrencial tanto ao nível do associativismo como das empresas.

Este modelo de produção desportiva para as federações desportivas e relacionado com a existência de uma massa crítica na base da existência de externalidades em rede sustenta o desenvolvimento de outras características que justificam o desenvolvimento sustentado do desporto nas suas múltiplas facetas privadas e públicas.

As externalidades em rede que se cruzam dentro e fora da estrutura produtiva são um factor fulcral para a geração da massa crítica dado gerarem benefícios cada vez maiores quanto maior for o número de pessoas que consomem o bem. Observa-se nas maiores federações que os proveitos obtidos com a venda dos serviços das suas actividades são proporcionais à respectiva federação, acontecendo que as maiores federações conseguem um proveito superior às federações mais pequenas. Nota-se que uma federação como o Futebol ou o Atletismo têm campeonatos mundiais de quatro em quatro anos, com estruturas complexas de competições e milhares de atletas e milhões de telespectadores, enquanto uma federação mais pequena como o Triatlo tem taças do mundo com maior frequência sem estruturas de competições europeias e nacionais de igual complexidade às maiores beneficiando de menor número de praticantes, de organizações, de telespectadores e patrocinadores. As grandes federações geram e beneficiam mais das suas relações em rede enquanto as federações mais pequenas possuem benefícios de menor dimensão.

3.3 Garantia do direito de propriedade da produção desportiva pelo Estado

A actuação do Estado reconhecendo os benefícios do funcionamento restrito das ligas e dos campeonatos integradas nas federações atribui direitos de propriedade monopolista para a sustentação e desenvolvimento da produção desportiva. Como factor de competitividade o Estado incentiva também a concorrência monopolista entre as federações.

O reconhecimento do direito de propriedade defende o investimento do agente privado na criação de uma estrutura em rede capaz de gerar externalidades em rede para a generalidade dos consumidores do bem desportivo em causa. Os direitos de propriedade das federações que são reconhecidos nacional e internacionalmente permitem às federações nacionais, continentais e mundiais internalizar o enorme investimento feito na construção das mesmas. A defesa do direito de propriedade da produção do futebol foi relevante quando a União Europeia impediu o G-18 de se apropriar das externalidades do futebol profissional em proveito único dos agentes privados. Num outro nível os direitos de propriedade são importantes para o desporto quando os agentes profissionais se apropriam dos jovens talentos que sem uma defesa dos seus direitos são sujeitos a contratos realizados com empresários e clubes que lhes retiram os seus direitos e também os dos clubes de base que fazem a formação inicial dos jovens impedindo a criação de capital humano desportivo e de capital social que prejudica não só o futuro da modalidade impedindo-a de criar uma massa crítica relevante para a sustentação do topo de excelência como dificulta a acumulação de bem-estar das famílias e da sociedade.

Nos modelos desportivos dos países mais desenvolvidos a regulação das federações responde a boa parte da produção desportiva nacional. Porém, para a realização do bem comum justifica-se a actuação por parte do Estado para a resolução dos fracassos do mercado. Na economia das federações o Estado é responsável no mercado dos factores de produção pelo investimento em infra-estruturas e nos meios técnicos e organizacionais e no mercado dos bens e serviços pela resolução das limitações da equidade no acesso ao consumo desportivo dos sectores carenciados da população Gratton e Taylor (2000), Sandy, Sloane e Rosentraub (2004). A resolução dos fracassos nos dois mercados dos factores de produção e dos bens e serviços permite a mais praticantes acederem ao consumo de desporto e aos clubes terem melhores condições de produção com os factores de produção produzidos com a intervenção do Estado. A União Europeia tem actuado ao nível das externalidades negativas como a ineficiência organizacional, a transparência democrática das organizações, a produção de informação desportiva e as questões relacionadas com a corrupção, doping, violência no seio do desporto, o respeito pelos jovens e que ultrapassam as fronteiras de produção desportiva nacional e impedem a maximização do bem comum a nível europeu.

3.4 Economias de escala

As economias de escala acontecem quando os custos ou os preços mais baixos dependem da existência de uma única organização ou de um pequeno número de organizações. São exemplo das economias de escala as actividades desportivas profissionais produzidas por poucos atletas de elite e que contam com uma grande preferência dos consumidores, o que também acontece com as selecções nacionais das modalidades desportivas.

Figure 3 – The scale economies of the sport federations

A figura 3 mostra que a economia de escala alcançada por uma federação tem vantagens sobre a produção em concorrência perfeita. O custo médio em concorrência perfeita está no cruzamento dos pontos Q_{pc} e P_{pc} que é um ponto superior no preço e mais baixo na quantidade procurada do que o ponto de cruzamento Q_m e P_m do monopólio das curvas do rendimento marginal e do custo médio de monopólio.

As economias de escala alcançadas pelas federações desportivas inviabilizam a existência de produtores concorrentes pelos custos elevados de criar uma estrutura de produção equivalente à federação que primeiro se estabelece. A existência da estrutura de campeonatos nacionais e continentais é um custo demasiado alto para qualquer nova federação. Nesta situação a curva do custo total médio é inferior no âmbito relevante do produto, o que dá ao monopólio da federação uma vantagem inultrapassável pelas suas concorrentes, caso elas apareçam. As federações desportivas tomam a forma de um monopólio natural cujas economias de escala existem no âmbito relevante do produto conseguindo um custo total médio inferior a federações concorrentes mais pequenas. Quer este facto demonstrar que os monopólios federados são úteis à produção desportiva porque conseguem preços mais baixos para produtos de maior qualidade e servindo maiores sectores da população.

3.5 Concorrência monopolista

A competição monopolista apresenta resultados próximos da concorrência perfeita. A competição monopolista entre federações desportivas refere-se à situação de mercado em que um grande número de federações oferece um produto desportivo mas não idêntico em que cada federação tem uma pequena percentagem do mercado total, a colusão é praticamente impossível com tantas federações e as federações actuam independentemente de tal forma que as acções de uma federação são ignoradas pelas outras federações da indústria do desporto.

Cada federação procura através da diferenciação de produtos e de outros

tipos de competição não monetária algum grau de poder de monopólio que a federação ou empresa em concorrência perfeita não possui. Assim, a diferenciação de produto pode ser qualitativa, os serviços e condições de acompanhamento da venda do produto desportivo são aspectos importantes da diferenciação desse produto com outros, a federação pode recorrer à localização para outro tipo de diferenciação, a imagem de marca da federação e dos seus produtores como os clubes, as estrelas e os treinadores contribuem para a diferenciação das condições de oferta do bem e através da diferenciação de produto os produtores clubes, empresas e organizações públicas têm algum controle sobre os preços dos bens. Na concorrência monopolista existe uma situação equivalente à concorrência perfeita em que as federações podem entrar e sair com facilidade

4. Conclusão

O paper apresenta a economia das federações como o instrumento de eficiência económica do Modelo Europeu do Desporto. Sugere que a regulação privada das federações desportivas enquanto monopólios económicos maximiza o bem-estar e produz actividades desportivas abaixo do custo em concorrência perfeita devido às economias de escala da produção da concorrência monopolista.

5. Bibliografia

- Akerlof, G.A., 1970, "The Market for 'Lemons': Quality Uncertainty and the Market Mechanism". *Quarterly Journal of Economics* 84 (3): 488-500.
- Andreff, W., Staudohar, P.D., 2001, "The Evolving European model of Professional Sports Finance", in Actas, Conferência Internacional sobre Economia do Desporto, CISEP, Instituto Superior Economia Gestão, Universidade Técnica Lisboa.
- Independent European Sport Review, 2006, European Union, UEFA, Nyon, Switzerland.
- Barros, C.P., Muradali, I., Szymanski, S., 2002, *Transatlantic Sport: The Comparative Economics of North American and European Sports*, (Edits.) Edward Elgar.
- Baumgartner, S., Jost, J., 2000, Joint Production, Externalities, and the Regulation of Production Networks, *Environmental and Resource Economics* 16: 229-251, © 2000 Kluwer Academic Publishers.
- Bourg, J.-F., Gouguet, J.-J., 2007, *Économie Politique du Sport Professionnel: L'Éthique à l'Épreuve du Marché*, Vuibert.
- Borland, J., 2006, *The Production of Professional Team Sports, in the Economics on the Economics of Sport*, Edward Elgar.

- Collins, M., 2010, *Examining Sports Development*, Routledge.
- Downward, P., Dawson, A., Dejonghe, T., 2009, *Sports Economics: Theory, Evidence and Policy*, Elsevier.
- Downward, P., Riordan, J., 2007, *Social Interactions and the Demand for Sport: An Economic Analysis*, *Contemporary Economic Policy*, Vol 25-4, pp 518-537. www.
- Downward, P., & Rasciute, S. (2010). The relative demands for sports and leisure in England. *European Sport Management Quarterly*, 10(2), 189_214.
- Eurobarometer, 2010, Sport and Physical Activity, 2010, http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special_en.htm#334, 31 Março 2010.
- European Union, 2010, Working Group Sport Satellite Accounts, 2010, Sport Satellite Accounts: A European Project, first results. http://ec.europa.eu/sport/library/doc/b1/madrid_forum_sport_satellite_account_leaflet.pdf, 11 de Julho de 2010.
- FIFA, 2007, Rankings Sobre as Selecções Nacionais, Site: <http://www.fifa.com/worldfutebol/ranking/lastranking/gender=m/fullranking.html>, Novembro 2007
- Fort, R.D., 2003, *Sports Economics*, Prentice Hall.
- Gratton, G. e Taylor, P., 2000, *Sport and Recreation: An Economic Analysis*, Taylor e Francis, London.
- Kesenne, S., 2007, The Peculiar International Economics of Professional Football in Europe, *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 54, n.º 3, July.
- Kruman, P., Wells, R., 2006, *Introdução à Economia*, Campus.
- MacDonald, R., 2010, (Ir)rational Reading, *Sports Economist*, May 15th, <http://thesportseconomist.com/wordpress/2010/05/15/irrational-reading/>
- Neale, W., 1964, The Peculiar Economics of Professional Sports: A Contribution to the Theory of the Firm in Sporting Competition, *Quarterly Journal of Economics*, 78 (1), 1-14.
- Szymanski, S., Kuipers, T., 1999, *Winners & Losers*, Viking.
- Szymanski, S., 2010, What Future Sustainable Funding Model(s) for Grassroots Sports in the Internal Market? European Union Brussels Conference, February 16th, 2010.
- Tenreiro, F., 2011, *Economia do Desporto: A Competitividade de Portugal na União Europeia*, tese de doutoramento, Universidade do Porto, Faculdade de Desporto.
- União Europeia, 2006, *Livro Branco do Desporto*.
- Vrooman, J., 2007, Theory of the Beautiful Game: The Unification of European Football, *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 54, n.º 3, July.